



As relações de classe no governo Lula

Orientanda: Yasmin Salles Orsini

Orientadora: Prof^a. Dra. Andréia Galvão

Introdução

O principal intuito deste projeto de pesquisa consistiu em sistematizar e organizar o debate bibliográfico acerca das diferentes interpretações atribuídas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Dentro do tema das relações entre classes sociais e o desenvolvimento estimulado pelo Estado, objetivou-se mapear as teses que tratam da relação de continuidade ou descontinuidade do governo Lula com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1996-2002), hegemonizado pelo neoliberalismo, de modo a identificar qual classe ou fração de classe mais se beneficiou da política econômica nesse período. Com o intuito de delimitar o debate a um campo com referências teóricas próximas, foram selecionadas análises desenvolvidas a partir do marxismo, do keynesianismo e do desenvolvimentismo.

Para tanto, a pesquisa parte de quatro vertentes de análise que compreendem que o governo Lula representa um período de ruptura, de continuidade ou de reformas em relação ao período precedente. A primeira vertente afirma que há uma ruptura com o neoliberalismo, a partir da qual os dominados são os principais beneficiados. A segunda sustenta não haver ruptura, na medida em que se verifica a priorização dos interesses dominantes, sobretudo do capital financeiro. A terceira e a quarta têm em comum a identificação de diferenças entre os governos de Lula e FHC, mas divergem no aparato conceitual mobilizado e na compreensão das classes e frações contempladas pelas políticas do governo.

Governo Lula: continuidade, ruptura ou reformas no neoliberalismo do governo FHC

Nas análises e interpretações sobre o governo Lula, entre os economistas e cientistas políticos que trabalham com o pensamento de esquerda, dois debates se destacam: o da relação entre Estado e classes e o da natureza do desenvolvimento estimulado pelo Estado. No interior desses debates, é possível identificar quatro vertentes de análise. Na primeira, que compreende que o governo Lula consolidou uma nova política econômica, de modo a romper com o neoliberalismo hegemônico no governo FHC, encontra-se, no campo marxista, as análises de Emir Sader (2015), e no campo desenvolvimentista, inserem-se as teses de Bresser-Pereira (2013, 2016) e de Aloizio Mercadante (2010).

Em decorrência da hegemonia neoliberal do período precedente, o governo Lula se iniciou com uma política econômica conservadora. No entanto, quando a base de apoio do governo passou a ser composta pelos mais pobres e pelas regiões mais relegadas devido aos programas sociais, a política conservadora foi substituída por um modelo de crescimento econômico com distribuição de renda. Conforme Sader (2015), tanto o governo Lula como o governo Dilma romperam com o liberalismo de

mercado ao se posicionarem contra as tendências mundiais do neoliberalismo e priorizar: 1) as políticas sociais e não o ajuste fiscal; 2) a integração regional e as relações Sul-Sul; 3) o papel do Estado no crescimento econômico e na distribuição de renda.

Dentro do debate desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2013) compreende que o governo Lula buscou associar diferentes grupos, pois o desenvolvimentismo só tem êxito com uma coalizão de classes entre empresários industriais, trabalhadores e burocracia pública. Em uma primeira análise, o autor entende que os governos do PT foram bem-sucedidos do ponto de vista distributivo, embora não tenham sido bem-sucedidos do ponto de vista econômico, dado que a taxa de crescimento foi condicionada pelo aumento do preço internacional das *commodities*. No entanto, com a crise do governo Dilma, Bresser-Pereira (2016) passa a entender que os governos do PT buscaram promover o social-desenvolvimentismo¹, adotando um populismo cambial e fiscal que levou a experiência desenvolvimentista de 2003 a 2014 ao fracasso.

Em contraste, Mercadante (2010) denomina o governo Lula como novo desenvolvimentista, destacando que esse projeto não é resultado de um planejamento teórico, mas sim da práxis de um governo popular que buscou reverter o processo neoliberal. De acordo com o autor, o governo Lula abriu espaço para uma representação mais democrática dos interesses da classe trabalhadora, mas sem promover rupturas radicais. O padrão de desenvolvimento inaugurado no governo Lula teria combinado mudanças estruturais ligadas ao âmbito econômico e mudanças na distribuição de renda e na inclusão social, adotando o social como eixo estruturante.

Contrariando esses argumentos, na vertente que compreende que o governo Lula representa uma continuidade do neoliberalismo do governo FHC, inserem-se as teses de Filgueiras e Gonçalves (2007) e de Sampaio Jr. (2017), autores que pertencem ao campo marxista. De acordo com essa vertente, a expectativa de mudança com a vitória eleitoral de Lula foi frustrada e o modelo econômico conservou os padrões de dominação de classe, favorecendo, sobretudo a hegemonia do capital financeiro. Estruturalmente, conforme Filgueiras e Gonçalves (2007), consolidou-se o modelo liberal periférico, que é marcado por três conjuntos de características: liberalização, privatização e desregulamentação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro.

Filgueiras e Gonçalves (2007) interpretam que o bloco no poder² fortalecido no governo FHC chegou ao seu estágio mais avançado durante o governo Lula cuja composição da fração hegemônica incluía o capital financeiro internacional, os grandes grupos econômicos financeiros nacionais e o capital produtivo multinacional. Ademais, a classe hegemônica do bloco no poder também exerceu a hegemonia no conjunto da sociedade através da direção política, intelectual e moral, dessa maneira, são implementadas as políticas que atendem a determinadas demandas das classes subalternas.

¹ Dentre as correntes desenvolvimentistas, a social-desenvolvimentista é a que mais atribui importância ao tema da desigualdade social, no entanto, Bresser-Pereira (2016) entende que esta corrente não possui um arcabouço teórico coerente e se apoia em uma versão vulgar do keynesianismo ou uma versão populista do desenvolvimentismo clássico.

² Poulantzas (1977) aponta que, embora o Estado capitalista se apresente como universal, ele comporta um bloco no poder, que é constituído por várias classes ou frações de classes politicamente dominantes. No interior desse bloco, umas dessas classes ou frações de classe exerce o papel dominante, isto é, o papel hegemônico.

Para essa vertente de análise, os programas sociais introduzidos pelo governo Lula constituem programas assistencialistas e de caráter focalizado. Sampaio Jr. (2017) entende que, com uma distribuição de renda modesta e clientelística, os governos petistas promoveram uma modesta retomada do crescimento, uma lenta recuperação aquisitiva do salário, uma baixa melhoria na distribuição de renda e um *boom* do consumo que foi financiado com o endividamento das famílias. Nesse sentido, a especificidade dos governos Lula e Dilma em relação a seus antecessores foi a necessidade de legitimar, perante a população e a classe trabalhadora, o padrão de acumulação liberal periférico.

A terceira e quarta vertente de análise interpretam que o governo Lula não rompeu com o neoliberalismo, mas promoveu mudanças no que tange às políticas econômicas observadas no governo FHC. No entanto, se diferenciam quanto à identificação da classe que mais se beneficiou das políticas de Estado e à avaliação das reformas implementadas, bem como de seus limites. No primeiro caso, observamos as teses produzidas no campo da teoria marxista, como Paulani (2008, 2017); Moraes e Saad-Filho (2018); Boito Jr. (2018) e Singer (2012). No segundo, as teses do campo pós-keynesiano, como Carvalho (2018), Carneiro (2018) e Bastos (2012).

Em *Brasil Delivery* (2008), que abrange somente o primeiro governo Lula, Paulani se aproxima bastante das análises de Filgueiras e Gonçalves (2007) e de Sampaio Jr. (2017). Não obstante, ao incorporar em suas análises o segundo governo Lula e parte do governo Dilma, a autora passa a compreender que o tema do desenvolvimentismo ganhou respaldo nos governos do PT e chega a novas conclusões (Paulani, 2017). Nesse sentido, embora entenda que a primazia foi garantida ao capital financeiro, argumenta que não é possível afirmar que os governos FHC e Lula/Dilma foram exatamente iguais, dado que estes últimos implementaram políticas sociais de alto impacto.

Nas análises de Moraes e Saad-Filho (2018), a sociedade civil e a consolidação de alianças políticas do PT têm importância para a compreensão da sua política de Estado, dado que através do apoio dos grupos sociais que ganharam economicamente durante o primeiro mandato do PT, o segundo governo Lula “introduziu uma série de iniciativas novo-desenvolvimentistas paralelamente ao tripé neoliberal”, de modo a permitir uma nova estratégia de acumulação, que pode ser chamada de “neoliberalismo desenvolvimentista” (ibid., p. 154).

Partindo disso, o PT conseguiu unir as demandas da classe trabalhadora às da burguesia interna, apoiando-se na hegemonia da segunda. Tal como esses autores, Boito Jr. (2018) entende que o capital financeiro perdeu espaço para a burguesia interna nas políticas de Estado. Assim, mobilizando o aparato teórico formulado por Poulantzas (1977), sobretudo os conceitos de bloco no poder e hegemonia, aponta que a diferença entre o governo de FHC e de Lula está na classe hegemônica no bloco no poder. O governo FHC priorizou os interesses da burguesia compradora e do capital financeiro internacional, enquanto no governo Lula, a grande burguesia interna foi a fração hegemônica no bloco no poder.

Já Singer (2012) se afasta dos demais autores marxistas ao identificar mudanças mais significativas no que tange à representação dos interesses de classe, posto que uma fração de classe dominada se beneficiou da política econômica. As políticas que mantiveram continuidade com o período

precedente foram um meio de evitar um conflito de classes. Entretanto, a opção de Lula pelos mais pobres revelou que seu governo se caracterizou por um reformismo fraco, que contempla a estratégia de redução da pobreza ao mesmo tempo em que mantém a ordem. Singer (2012) argumenta que o governo Lula arbitrou entre os interesses das classes fundamentais³ e conseguiu favorecer os mais pobres através de sua política de Estado, o que beneficiou o subproletariado⁴.

Por fim, os autores identificados como pós-keynesianos não têm como foco o debate sobre as relações de classe, no entanto, ao avaliarem o impacto das reformas introduzidas pelo governo Lula, indicam de forma indireta o reflexo da política econômica nas classes populares. Carvalho (2018) destaca a importância dos programas de redistribuição de renda, de acesso ao crédito e de investimentos públicos, sobretudo para a dinamização do mercado interno. Assim, o Brasil passou por um período de prosperidade que, no entanto, tinha limites dada a baixa competitividade e fragilidade do setor industrial brasileiro.

Em consonância, Carneiro (2018) também destaca a insustentabilidade do modelo implementado, que perdeu progressivamente o dinamismo visto que a melhoria na distribuição de renda perdeu velocidade. Depois de ter alcançado um patamar bastante elevado, sua ampliação foi inviabilizada, dado o quadro fiscal prevaletente. Bastos (2012) também aponta que os efeitos dinâmicos das políticas redistributivas não puderam ser mantidos indefinidamente e, denominando o período de desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado, argumenta que os governos do PT conseguiram avançar sobre o domínio conservador das políticas macroeconômicas, mas não sobre os interesses rentistas dominantes.

Considerações finais

Os autores contemplados na pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho compartilham um certo consenso de que o governo FHC beneficiou os interesses financeiros. Mas, no que tange ao seu sucessor, é possível identificar, no âmbito da ciência política e da economia, uma série de interpretações e categorizações bastante divergentes entre si.

Na vertente que concebe o governo Lula como superação do neoliberalismo, interpreta-se que as classes dominadas foram as mais beneficiadas ou que houve concessões mútuas a fim de contemplar diferentes interesses. Em contrapartida, a vertente de interpretação do governo Lula como continuidade do período precedente destaca a primazia do capital financeiro e a redução da autonomia do Estado frente aos interesses dessa fração de classe.

Nas vertentes que interpretam que o governo Lula representou um período de reformas em relação às políticas econômicas de FHC, encontramos três posições: a que destaca a primazia do capital financeiro, a que identifica uma aproximação do governo Lula com a burguesia interna, e a que enfatiza os benefícios de uma fração de classe dominada: o subproletariado.

³ Singer (2012) recupera a perspectiva de Gramsci (2007) na análise do fenômeno do cesarismo, dado que, para este teórico, o cesarismo expressa “sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação históricopolítica caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica” (GRAMSCI, 2007, p. 76).

⁴ Termo que André Singer emprestou de Paul Singer, para denominar a “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida”.

Os autores pós-keynesianos, por sua vez, destacam a importância das políticas sociais no combate à desigualdade e ao estímulo do consumo, o que certamente beneficia as classes populares. Entretanto, o foco de suas análises é a preocupação com os fatores que possibilitaram a construção desse modelo e com sua insustentabilidade a médio prazo, uma vez que o governo não tocou em questões estruturais e de forte impacto.

Referências Bibliográficas

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, dez. 2012.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP; São Paulo, SP: Editora da Unicamp: Editora UNESP, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 21-29, set. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 36, n 2, p.237-265, jun. 2016.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In: CARNEIRO, Ricardo et al. (Org.) **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp digital, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MERCADANTE, Aloízio O A. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2010.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. **Brasil: Neoliberalismo versus Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, vol 12, n. 20,2017, p. 135-155.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.